

# RETENÇÃO DOS ALUNOS: QUESTÃO IDEOLÓGICA OU PEDAGÓGICA



**VOZ ÀS ESCOLAS** | ANTÓNIO PEREIRA\*

*“A existência de uma cultura de retenção leva a uma aplicação mais frequente desta prática em determinados países, nos quais predomina ainda a ideia de que repetir um ano é benéfico para a aprendizagem dos alunos. Este ponto de vista é corroborado pela profissão docente, pela comunidade escolar e pelos próprios pais. Na Europa, esta convicção persiste e tem efeitos práticos sobretudo na Bélgica, Espanha, França, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal. Não basta a alteração da legislação em matéria de retenção para mudar esta convicção, que deve ser suplantada por uma abordagem alternativa para responder às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Assim, o desafio consiste mais em questionar determinados pressupostos e convicções do que em alterar a legislação.”*

**(Relatório da Eurydice: ‘A Retenção escolar no Ensino Obrigatório na Europa: Legislação e Estatísticas.’ 2011:58)**

**N**um dos últimos textos referi-me à questão do abandono escolar, a propósito da publicação do estudo do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre o Estado da Educação. Proponho-me hoje, abordar o insucesso/retenção, questão conexas, também ela, com o abandono, tendo por base o mesmo estudo do CNE.

O texto com que iniciamos a crónica, retirado do Relatório da Eurydice rede europeia que colige e difunde informação comparada sobre as políticas e os sistemas educativos europeus, parece remeter-nos para a existência de razões de carácter ideológico na retenção dos alunos, (tomando aqui ideologia como o conjunto de ideias, convicções e princípios filosóficos, sociais, políticos que caracterizam o pensamento de um indivíduo, grupo, movimento, épocas ou sociedade) ao sublinhar este ponto de vista como sendo ‘corroborado pela profissão docente, pela comunidade escolar e pelos próprios pais’. Parece, pois, não existirem razões válidas, de ordem pedagógica, que levem a equacionar a retenção dos alunos em qualquer altura do seu percurso escolar. Assim colocada a questão, de forma disjuntiva, estamos perante posições antagónicas que ora defendem a tese de ‘acabar com os chumbos’ ora alinham pelo discurso dos críticos do ‘facilitismo’. No entanto, numa leitura mais atenta, o excerto do rela-

tório aponta para a necessidade de suplantar esta convicção do benefício da retenção, ‘por uma abordagem alternativa para responder às dificuldades de aprendizagem dos alunos.’

A participação de Portugal, nos últimos anos, em programas internacionais que visam avaliar o desempenho dos alunos portugueses em comparação com alunos de outros países (de todos, o programa PISA é o mais conhecido), tem fornecido elementos utilizados, sobretudo pelos académicos, que permitem apontar para soluções mais equilibradas relativamente a esta dicotomia. E as reflexões teóricas vão todas no sentido de i) “reduzir a necessidade percebida de retenção excessiva; e ii) substituir a mera repetição de um ano académico por prevenção ou recuperação específica.” (Conboy, J. e outros, **Práticas e Consequências da Retenção Escolar: Alguns Dados do PISA; IE Univ. de Lisboa, 2013**).

De facto, dizem estes autores, não é inevitável que o aluno que fica retido seja sujeito à mera repetição da matéria curricular do ano anterior. Há outras opções. O aluno pode ficar retido noutras condições que impliquem uma recuperação específica em vez da mera repetição do ano. E isso pode ser efetuado sem o estigma da reprovação.

Sublinhamos, contudo, que, embora os efeitos negativos da retenção sejam cada vez mais apontados nos mais diversos estudos, por si só, não se deve tornar num argumento para ‘acabar com os chumbos’, eliminando administrativamente as retenções e/ou facilitando as transições dos alunos. O que verdadeiramente precisamos é “*de promover culturas de sucesso e mobilizar a sociedade, as famílias e as escolas*” (David Justino, **Estado da Educação 2013, CNE**).

Para concluir, como sempre faço, uma breve nota relativa à prática do Agrupamento de Escolas de Maximinos sobre esta problemática. O Plano de Melhoria contratualizado aponta fundamentalmente para a implementação de estratégias e mecanismos de promoção das aprendizagens e para a deteção precoce de dificuldades e constrangimentos logo a partir do Primeiro Ciclo, procurando promover trajetos de sucesso desde o início da escolaridade e reduzir o risco de retenção ao longo do percurso escolar.

\* **Diretor do Agrupamento de Escolas de Maximinos**